

Comissão Europeia 2019-2024

Novembro 2019

We know Brussels





Uma política europeia mais partidizada e fragmentada significa que a Comissão é forçada a procurar um equilíbrio amplo e difícil nas suas propostas para que alcance o acordo indispensável do Parlamento e do Conselho.

DR

Foi eleita, com 461 votos favoráveis, a nova Comissão Europeia presidida por Ursula von der Leyen (VdL), a qual tomará oficialmente posse no próximo dia 1 de Dezembro, com um mês de atraso face à data inicialmente prevista.

O contexto

Se Jean-Claude Juncker começou o seu mandato indicando que ia ter uma comissão iminentemente **política**, por oposição à de um tradicional executivo europeu mais burocrático, Ursula von der Leyen anunciou, desde o primeiro dia, que a sua iria ser uma comissão **geopolítica**. A mudança não é meramente semântica ou para impressionar. Há uma realidade global em transformação, um mundo multipolar que muda e alianças que se alteram e, em Bruxelas, há uma vontade de responder de forma diferente. Esse é talvez o ponto central da nova Comissão Europeia.

No momento em que se inicia este mandato, é possível encontrar três condicionantes macro políticas que marcam toda a agenda.

A nível internacional, temos o regresso a um mundo dividido, onde a conflitualidade está de volta à política. Os Estados Unidos olham com enorme preocupação para a China, tanto enquanto potência económica como enquanto potência política global. A Rússia, tendo poder reduzido na esfera global, tem reforçado a intervenção na sua área de influência mais próxima, que é a vizinhança mais ou menos próxima da Europa, e tem usado meios agressivos e irregulares para interferir negativamente na ordem política dos países ocidentais. Por outro lado, os Estados Unidos mostram um crescente desinteresse pela região europeia e mediterrânica, considerando que cabe aos europeus cuidar do seu *backyard* e pagar devidamente pela sua segurança.

A nível interno, da organização das Instituições Europeias, o processo de selecção do presidente da Comissão, o *Spitzenkandidat* que não foi, criou acrimónia agravada entre as Instituições e as famílias políticas. Para além disso, o reforço do papel dos partidos políticos e a importância do seu peso relativo no Parlamento Europeu tornou a aritmética política mais difícil, em virtude de um novo equilíbrio de forças no Parlamento, diferente do existente no Conselho.

Por último, tanto as eleições europeias como a agenda mediática global têm atribuído uma importância sem precedentes à questão climática, bem como às respostas políticas que deverão ser encontradas e aplicadas. Ao mesmo tempo, o diálogo político é mais difícil, com extremos cada vez mais distantes da lógica de compromisso e com agendas quase antagónicas em alguns pontos. O "centro de compromisso", que foi o que permitiu até aqui a evolução do projecto Europeu, é hoje de construção mais complexa, exigindo para além a participação de mais partidos (a tradicional maioria entre PPE e Socialistas não é suficiente) a compatibilização de diversas agendas e de diferentes prioridades. Um exemplo cândido, mas revelador, é a necessidade que foi sentida de mudar o nome - estamos mesmo só a falar do nome - de alguns portfólios da nova Comissão.

Estas condicionantes estão presentes nas principais linhas de força do novo executivo: uma comissão geopolítica significa que a orientação é a de pensar o interesse Europeu, mais do que a uma escala interna, a uma escala global. E tal será tanto na dimensão da influência no mundo (com, por exemplo, no reforço do olhar europeu para África), mas sobretudo na dimensão económica, quer externa, quer interna. Nesse objectivo de reforçar o peso económico da UE, o Ambiente e o Digital jogarão um papel fundamental. A Comissão VdL está convicta de que a transformação da economia europeia numa economia neutra em carbono e fortemente digital será o que fará diferença na relevância económica da UE no futuro. Aliás, é aqui que estão duas das três vice-

presidências executivas. A terceira é dedicada a uma economia que funcione para os cidadãos, com responsabilidade pelas questões monetárias.

Uma política europeia mais partidarizada e fragmentada significa que a Comissão é forçada a procurar um equilíbrio amplo e difícil nas suas propostas para que alcance o acordo indispensável do Parlamento e do Conselho. Recorde-se que no Parlamento a influência dos partidos verdes é desproporcional (porque embora não sejam necessários para as maiorias estão alinhados com a agenda mediática) e o peso dos partidos anti-europeus aumentou (ainda que também não contem para a formação de maiorias). Ao mesmo tempo, no Conselho, onde os partidos mais conservadores têm um peso superior ao que têm no Parlamento e os alinhamentos geográficos contam, com as tensões conhecidas entre Norte e Sul quanto às políticas económicas e entre Este e Oeste em quase tudo o resto, o acordo é também complexo. A Comissão terá de conseguir amplos consensos ou terá cinco anos de bloqueios.

Se na selecção das duas primeiras vice-presidências da Comissão VdL não teve grande margem de escolha (Timmermans, enquanto socialista, e Vestager, enquanto liberal, foram nomes impostos pelos respectivos grupos políticos europeus), já o mesmo não aconteceu na escolha de um terceiro vice-presidente (oriundo do PPE) e na escolha dos portfólios atribuídos (Pacto Ecológico Europeu, Digital, e Economia, respectivamente). Com estas três pastas, a presidente da Comissão sinalizou as prioridades da sua agenda para os próximos cinco anos. A estas três linhas mestras tem ainda que se acrescentar a Defesa, com tutela do Comissário francês; é um tema que embora não esteja nas mãos de um vice-presidente, fica a cargo do Comissário enviado por quem desenhou a solução desta Comissão: Emmanuel Macron.

As prioridades

Identificadas as condicionantes e as linhas de força, é possível, da leitura das cartas de missão que Ursula von der Leyen enviou a cada comissário, das respectivas audições no Parlamento Europeu, do que tem sido escrito e do debate de investidura, tirar algumas conclusões.

O primeiro continente neutro em carbono

A nova Comissão Europeia entra em funções com um objectivo claro em mente: trabalhar para garantir que em 2050 a Europa seja o primeiro continente a atingir a **neutralidade carbónica**. Neste sentido, fica claro que a transição climática será o pano de fundo de todas as políticas da UE. Este objectivo ambicioso traduzir-se-á no **Pacto Ecológico Europeu**, considerado o selo distintivo da nova Comissão Europeia e que ficará a cargo do holandês Frans Timmermans. Para cumprir a missão que lhe foi atribuída pela Presidente da Comissão Europeia, Timmermans assegurou que apresentará nos primeiros cem dias de mandato uma **Lei do Clima** e que proporá legislação para que no plano europeu se reduzam as emissões em 50%, ou mesmo 55%, já em 2030.

Nos próximos cinco anos é ainda de esperar que o **Emissions Trading System (ETS)**, seja alargado aos sectores marítimo e aéreo, algo que foi reforçado pela Comissária para os transportes, a romena Adina-loana Vălean.

De forma a garantir que *"ninguém é deixado para trás"*, expressão usada reiteradamente por vários comissários, será criado o **Fundo de Transição Justo (FTJ)** que pretende assegurar que a transição climática assuma uma preocupação social e que garanta o apoio aos mais afectados pela transição energética, como é o caso das regiões industriais e das regiões de uso intensivo de energia e de extração de carvão. Este fundo, que estará no

pelouro da Comissária Elisa Ferreira, tem sido alvo de escrutínio intenso, essencialmente no que respeita ao seu envelope financeiro. Os 4,8 mil milhões de euros propostos pelo Parlamento Europeu têm sido objecto de muitas críticas por se considerar um valor manifestamente insuficiente. E acresce que falta ainda esclarecer se este mecanismo será financiado por "dinheiro novo", porventura através de recursos próprios, ou se, pelo contrário, será financiado pela re-alocação de fundos já existentes. Uma proposta concreta sobre o FTJ será apresentada a 11 de Dezembro.

O Comissário mais novo de sempre – com 28 anos – o lituano Virginijus Sinkevičius, será também uma peça relevante, com a pasta do Ambiente, Oceanos e Pescas. Registe-se a curiosidade de as Pescas terem sido adicionadas ao seu portfólio por pressão do Parlamento Europeu, após a sua audição. O Comissário focará a sua acção na **protecção da biodiversidade**, na **economia circular**, no **combate aos plásticos** e na **valorização do hidrogénio** enquanto alternativa sustentável. Neste último ponto também Kadri Simson, a Comissária responsável pela Energia, assumirá um papel importante. Para os próximos cinco anos, fica a garantia de que não apenas o hidrogénio assumirá relevância, mas que, ao que tudo indica, o gás permanecerá essencial durante o período de transição para a neutralidade carbónica.

A pedra de toque dos próximos cinco anos será, pois, a transição para uma economia neutra em carbono em 2050 e todas as políticas europeias estarão alinhadas com esse objectivo, sobretudo aquelas com maior impacto na "pegada ambiental", como seja a política de Energia, a política de Transportes e a política de Ambiente, mas também o essencial da política Marítima.

A criação de campeões digitais europeus

Sendo o Digital uma prioridade dos próximos cinco anos, umas das linhas mestras será a de apoiar a

criação de campeões digitais europeus. É significativo encontrar Vestager como Vice-presidente para a Concorrência e para o Digital, ela que traz na sua bagagem do mandato anterior a responsabilidade das maiores multas alguma vez aplicadas às grandes empresas tecnológicas americanas.

A esta abordagem deve acrescentar-se um agravar da orientação da Comissão face às grandes empresas tecnológicas (sobretudo americanas) e à tecnologia chinesa com o objectivo confessado de reduzir o domínio de umas e os riscos de segurança das outras. Nesta linha, é de admitir que a ideia de promoção de campeões europeus tenha impactos a nível da política de concorrência. A decisão sobre o caso Siemens - Alstom levou a que se considerasse que um enquadramento diferente teria permitido uma decisão também ela diferente (isto é, se tivesse sido avaliado o mercado global e não apenas a concorrência no mercado interno, a fusão poderia ter sido aprovada sem remédios) e tal pode levar a uma alteração das regras até aqui em vigor. Isto pode significar que a Comissão Europeia vai passar a ser mais sensível às iniciativas de **consolidação intra-europeias**, sobretudo em sectores onde existam grandes *players* globais.

Ainda no domínio do Digital espera-se que seja apresentada uma **estratégia europeia para a Inteligência Artificial**, uma revisão da directiva do *e-commerce*, pelo menos nos serviços digitais, e propostas que associam o Digital a outros temas, como a **cibersegurança** e as **competências digitais**, para além dos serviços financeiros (*fintech*).

Thierry Breton, o Comissário francês responsável pelo Mercado Interno, focar-se-á essencialmente na importância da protecção de dados e nos primeiros cem dias de mandato, sob a liderança de Vestager, apresentará a estrutura do investimento na Inteligência Artificial.

Uma economia que funciona para as pessoas

No plano económico e financeiro, as prioridades estarão alinhadas com os objectivos ambientais. Nesse sentido, é de destacar o valor necessário para financiar a transição climática: 3 triliões de euros que serão uma mistura de dinheiro novo com programas já existentes, incluindo investimento privado. Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo, não se comprometeu com a percentagem exacta de dinheiro novo a ser canalizado para projectos verdes, mas deixou claro que a **sustentabilidade ambiental** será, cada vez mais, um critério fundamental para o investimento. Nesse sentido, o Banco Europeu de Investimento (BEI) deverá tornar-se um **banco verde** para aumentar a capacidade financeira dos investimentos na neutralidade carbónica.

Dombrovskis está também comprometido em finalizar a União Bancária nos próximos cinco anos. Para tal, é absolutamente **prioritário desbloquear** no Conselho o *dossier* relativo ao **sistema de protecção de depósitos (EDIS)**. Os sinais de algum apoio que chegam do ministro alemão das finanças significam que esta questão está a ser trabalhada e que há vontade de encontrar um ponto de equilíbrio, não sendo possível, no entanto, garantir que o acordo esteja mais próximo.

A implementação de uma vontade já antiga, a de criar um orçamento para a zona euro, estará também sob tutela da Comissária portuguesa. O **Budgetary Instrument for Convergence and Competitiveness (BICC)** nasce da convicção de que não pode existir uma política monetária sem uma política orçamental. Este instrumento está pensado para se focar no financiamento a políticas estruturais levadas a cabo pelos Estados Membros, como por exemplo na administração pública, na saúde e na educação.

Por fim, em matéria fiscal há várias novidades apresentadas pela Comissão VdL. Desde logo, a proposta mais emblemática nesta matéria é a que

pretende **acabar com o voto por unanimidade** de propostas em matéria fiscal, substituindo-o por **voto por maioria qualificada**. Para além disso, está também em cima da mesa a criação de um **imposto sobre o carbono** (*carbon border tax*) e um **imposto europeu sobre os serviços digitais**, caso não haja consenso no G-20 a respeito desta matéria. Paolo Gentiloni, Comissário responsável pela pasta da Economia e com a tutela da DG ECFIN e da DG TAXUD, terá a seu cargo estas importantes medidas. Também a luta contra a fraude e evasão fiscal e as propostas anti branqueamento de capitais continuarão a ser uma prioridade.

A Defesa elevada a uma política da União

Uma das grandes novidades desta Comissão será a agenda da Defesa. Sob a tutela do Comissário francês, o foco estará em temas específicos como a **cibersegurança** e no desenvolvimento das **indústrias de defesa**, entendidas não apenas como aquelas tradicionalmente ligadas ao sector militar, mas de forma ampla, abrangendo todas as indústrias complementares e acessórias. Concretamente, são de esperar iniciativas que levem à criação de necessidades no domínio da defesa e segurança com o objectivo de que as empresas europeias possam ser capacitadas para lhes dar resposta. Também por isso, na mesma pasta em que se encontra a Defesa, está a responsabilidade pela política industrial europeia. Tendo em conta o que o Presidente Macron tem dito sobre este tema e as posições que tem assumido relativamente à NATO, é de crer que esta seja uma prioridade da agenda francesa, e por consequência, europeia.

BREXIT

Quanto ao Brexit, a incerteza mantém-se. Mesmo que o acordo de saída seja finalmente assinado no seguimento das eleições britânicas, a negociação da relação futura, que deveria estar concluída até ao final de 2020, será certamente complexa e mais demorada. Ao contrário do que aconteceu até agora, aqui o alinhamento dos vários Estados Membros pode ser menos convergente, tendo cada um deles interesses específicos que quer salvaguardar na futura relação bilateral com o Reino Unido. A preocupação do lado europeu reside fundamentalmente na possibilidade de o Reino Unido vir a aprovar legislação nacional mais favorável para as empresas ao mesmo tempo que consiga manter um acesso facilitado ao mercado europeu, criando uma situação de concorrência desleal.

Nesse sentido é de destacar que a pasta do Comércio Internacional esteja a cargo do irlandês Phil Hogan, que irá negociar os acordos que enquadrarão a futura relação do Reino Unido com a UE.

O processo político e as consequências futuras

É relevante sublinhar que, ao longo do processo de aprovação dos comissários indigitados, o Parlamento Europeu fez questão de afirmar a sua importância. Não apenas foram chumbados vários comissários – nomeadamente a francesa Sylvie Goulard - como, após as audições de Nicolas Schmidt, Margaritis Schinas, Virginijus Sinkevičius e Mariya Gabriel, os nomes das suas pastas foram alterados. A clara diferença de visão entre a esquerda e a direita parlamentar levaram a que a simples designação "Protecting the European Way of Life" fosse motivo de aceso debate parlamentar e não passasse, sendo VdL forçada a alterá-la para "Promoting the European Way of Life".

A Presidente da Comissão Europeia agora eleita, Ursula von der Leyen - que em Julho foi eleita com uma margem de apenas 9 votos - terá neste Parlamento muito fracturado um dos seus maiores desafios. Com prioridades e agendas muito diversas, aliadas à necessidade de agradar a vários actores políticos, VdL poderá encontrar sérias dificuldades na aprovação de propostas ou ser forçada a torná-las menos significativas.

Para terminar, há duas notas que devem ser tidas em conta. A discussão sobre o próximo quadro financeiro da UE (*Multiannual Financial Framework - MFF*) para o período 2021-2027 está longe de ser fechada, sendo que a incerteza sobre o Brexit dificulta a sua negociação. Quanto mais se atrasar este processo, menos dinâmica será a próxima Comissão.

Presidência Portuguesa 2021

Atente-se que Portugal assume a presidência rotativa do Conselho da UE no primeiro semestre de 2021. O trabalho preparatório já está em curso (estamos apenas a um ano do seu começo), a REPER já está a trabalhar com equipas reforçadas e a nível nacional as prioridades começam a ser definidas.

Esta é uma oportunidade para os actores nacionais ganharem visibilidade junto das instituições e para marcarem a agenda europeia. Tanto os decisores políticos como as empresas e organizações da sociedade civil devem ser capazes de a partir de agora definir as suas estratégias para melhor aproveitar os seis meses da Presidência Portuguesa.

Comissários e Pastas

IMAGENS © União Europeia, 2019, PE



Ursula von der Leyen (DE)
Presidente



Frans Timmermans (NL)
Vice-presidente executivo
Pacto Ecológico Europeu



Margrethe Vestager (DK)
Vice-presidente executiva
Preparar a Europa para a era digital



Valdis Dombrovskis (LV)
Vice-presidente executivo
Uma Economia ao serviço dos cidadãos



Josep Borrell (ES)
Alto Representante
Uma Europa mais forte na cena mundial



Věra Jourová (CZ)
Vice-presidente
Valores e Transparência



Maroš Šefčovič (SK)
Vice-presidente
Relações inter-institucionais e prospectivas



Margaritis Schinas (EL)
Vice-presidente
Promoção do modo de vida europeu



Dubravka Šuica (HR)
Vice-presidente
Democracia e Democracia



Johannes Hahn (AT)
Orçamento e Administração



Didier Reynders (BE)
Justiça



Mariya Gabriel (BG)
Inovação e Juventude



Stella Kyriakides (CY)
Saúde



Kadri Simson (EE)
Energia



Jutta Urpilainen (FI)
Parcerias internacionais



Thierry Breton (FR)
Mercado interno



Olivér Várhelyi (HU)
Vizinhança e Alargamento



Phil Hogan (IE)
Comércio



Paolo Gentiloni (IT)
Economia



Virginijus Sinkevičius (LT)
Ambiente, Oceanos, Pescas



Nicolas Schmit (LU)
Emprego, Direitos Sociais



Helena Dalli (MT)
Igualdade



Janusz Wojciechowski (PL)
Agricultura



Elisa Ferreira (PT)
Coesão e Reformas



Adina-Ioana Vălean (RO)
Transportes



Janez Lenarčič (SI)
Gestão de crises



Ylva Johansson (SE)
Assuntos internos

Fundada em 2009, a Eupportunity é uma consultora especializada em assuntos europeus. Com escritório em Bruxelas, no coração do bairro Europeu, está numa posição privilegiada para acompanhar as iniciativas políticas e legislativas europeias, defender as posições dos seus clientes perante o legislador comunitário e identificar oportunidades de negócio e de financiamento a partir de Bruxelas.

Temos uma equipa experiente e multidisciplinar que trabalha em três grandes áreas de actividade: representação de interesses; financiamentos europeus; e internacionalização através das oportunidades geradas pelos fundos de cooperação externa e pela contratação pública das Instituições europeias.

Cerca de dois terços da legislação que, directa e indirectamente, afecta a actividade económica de milhões de cidadãos e empresas decidem-se nas Instituições Europeias: Comissão, Parlamento e Conselho. Conhecer o seu funcionamento, participar no processo de decisão e antecipar é a melhor forma de as empresas se preparem, atempadamente, para as alterações legislativas e encontrarem financiamentos e novos negócios.

Estar bem representado em Bruxelas é, sobretudo, estabelecer uma excelente rede de comunicação, interagir com as Instituições, monitorizar os desenvolvimentos das iniciativas políticas e legislativas relevantes e contribuir para soluções melhores e mais adequadas à realidade. É ser reconhecido como um *stakeholder* relevante que sabe o que se está a discutir, tem um contributo a dar no momento certo e aproveita as oportunidades. Na Eupportunity garantimos uma ligação permanente e personalizada entre os nossos clientes e as Instituições Europeias e *stakeholders* em Bruxelas.

Ser útil, credível e oportuno. **We know Brussels!**

A Equipa Eupportunity



Luís Queiró
Senior Partner



Henrique Burnay
Senior Partner



Beatriz Soares Carneiro
Consultora Sénior



Carla Velasco Martins
Consultora Sénior



Miguel Franco e Abreu
Consultor Sénior



Ufímia Madaleno
Consultora Sénior



Afonso Araújo
Consultor



Paulo Valente
Consultor Sénior



José Monteiro Limão
Consultor



BRUXELAS

Rue du Parnasse 30, 1050
Bruxelles - Belgique
Tel. +32 2 5113370

LISBOA

Av. António Augusto Aguiar, 165, 1º Dto
1050-014 Lisboa - Portugal
+ 351 21 3883879

eupportunity@eupportunity.eu
www.eupportunity.eu


eupportunity
european affairs consulting